

**COMPROMISSO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL:
DESAFIOS NO FINANCIAMENTO DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
(UNEB)**

**SOCIAL COMMITMENT AND LOCAL DEVELOPMENT: CHALLENGES IN
FINANCING BAHIA STATE UNIVERSITY (UNEB)**

Ana Cleide Santos de Souza¹

Antônio de Macêdo Mota Júnior²

Ariane Brasil Damasio³

Cristiane Neves de Oliveira⁴

RESUMO

Este trabalho aborda o tema dos desafios do financiamento de uma universidade pública no que diz respeito ao seu compromisso social e contribuição para o desenvolvimento local. Desse modo, apresenta os resultados preliminares de um estudo exploratório, bibliográfico e documental, com o objetivo de analisar os desafios relacionados ao contexto do financiamento da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e seus possíveis impactos para o compromisso social dessa universidade, ao assumir sua missão institucional e contribuição para o desenvolvimento local das regiões onde se encontra inserida. Para tanto, foi necessário contextualizar o surgimento e a atuação dessa universidade, além de apresentar conceitos sobre compromisso social e abordar a relação entre universidade e desenvolvimento local. Os resultados destacam os possíveis impactos das restrições orçamentárias enfrentadas por essa universidade, no que se refere ao desempenho dessa instituição para com o seu compromisso social e desenvolvimento local.

PALAVRAS CHAVE: Educação Superior; Gestão Universitária; Compromisso Social; Desenvolvimento Local.

ABSTRACT

¹ Mestra em Educação pelo GESTEC (2016 da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Atualmente desenvolve atividades no Núcleo de Pesquisa e Extensão do Departamento de Educação (DEDC I) da UNEB, coordenando alguns projetos de extensão.

² Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade (PPGEduC) da Universidade do Estado da Bahia (Uneb). É servidor público estadual (BA), lotado na Uefs desde fevereiro de 1999 (como Técnico Universitário) e ocupa o cargo de Analista Universitário (Área de Ciências Contábeis), a partir de janeiro de 2005.

³ Possui graduação em ADMINISTRAÇÃO pela Universidade Federal da Bahia (1989). É Técnica da Universidade do Estado da Bahia. Tem experiência na área de Administração, com ênfase em Finanças Públicas.

⁴ Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Difusão do Conhecimento da Universidade Federal da Bahia – UFBA. Servidora Pública efetiva da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) Campus I (Salvador-Bahia), na função de Analista Universitária, com atuação na análise de projetos executados com recursos provenientes de transferências voluntárias.

This paper addresses the challenges of financing a public university in terms of its social commitment and contribution to local development. In this way, it presents the preliminary results of an exploratory-descriptive, bibliographical and documentary study, with the objective of analyzing the challenges related to the funding context of the State University of Bahia (UNEB) and its possible impacts on the social commitment of this university, assume its institutional mission and contribute to the local development of the regions where it is inserted. In order to do so, it was necessary to contextualize the emergence and performance of this university, besides presenting concepts about social commitment and approaching the relationship between university and local development. The results highlight the possible impacts of the budgetary constraints faced by this university, regarding the performance of this institution to its social commitment and local development.

KEYWORDS: College Education; University Management; Social Commitment; Local Development.

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 assegura a educação como um direito de todos. Além disso, essa Carta Magna, em seu artigo 23, estabelece meios de acesso à educação, assim como à cultura e à ciência, como de competência comum da União, dos Estados e Distrito Federal e dos Municípios (BRASIL, 1988).

No que diz respeito ao ensino superior, apesar de iniciado no período colonial nos colégios jesuítas, destaca-se um atraso histórico na inserção de universidades no Brasil, que desponta somente no século XX, a partir de 1920, com a criação da Universidade do Rio de Janeiro (CUNHA, 2010).

As rápidas transformações na sociedade contemporânea têm demandado da instituição universitária uma multiplicidade de papéis que envolvem inúmeros desdobramentos do tripé ensino, pesquisa e extensão. Nessa perspectiva, de acordo com dados do Censo da Educação Superior (Tabela 01) temos no país, atualmente, 2.448 Instituições de Ensino Superior (IES). Destas, somente 199 são universidades, sendo 106 públicas e 93 privadas (INEP, 2018).

Tabela 01 – Estatística da Educação Superior – Graduação por Categoria Administrativa – Brasil – 2017

Estatísticas Básicas	Categoria Administrativa					
	Públicas				Privadas	Total Geral
	Federal	Estadual	Municipal	Total		
IES	109	124	63	296	2.152	2.448
Universidades	63	39	4	106	93	199
Cursos	6.353	3.487	585	10.425	24.955	35.380

Fonte: INEP, 2018.

No caso das universidades públicas estaduais brasileiras, percebe-se a sua história associada ao desempenho das instituições federais, alinhadas à oferta da educação superior assumida por diversos estados, em vista da frequente ausência da União.

Segundo o Sistema e-MEC (Tabela 02), a Bahia, atualmente, tem 10 IES públicas com sede no estado, sendo 6 IES federais (4 Universidades e 2 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia) e 4 universidades estaduais. No entanto, o quantitativo na rede privada chega a ser de 123 instituições (BRASIL, 2017).

Tabela 02 - Instituições de Ensino Superior na Bahia

Categoria Administrativa				
Públicas			Privadas	Total Geral
Federal	Estadual	Municipal		
6	4	0	123	133

Fonte: Brasil/MEC, 2017.

Para Miranda (2013), a formação do sistema estadual baiano de educação superior começou a se constituir, efetivamente, apenas no final da década de 1960, a partir do momento em que o governo do Estado assumiu a responsabilidade pela criação de faculdades isoladas no interior. Posteriormente, essas faculdades foram agrupadas e deram origem às atuais Universidades Estaduais da Bahia (UEBA), conforme Quadro 01.

Nesse sentido, as UEBA estruturaram-se a partir do agrupamento de escolas superiores isoladas pré-existentes. Ainda que tenham sido criadas em momentos distintos, todas elas mostravam características comuns, provenientes das escolas que as antecederam, com foco na formação de professores (MIDDLEJ, 2004).

Já para Boaventura (2009), as UEBA têm como missão institucional o desenvolvimento socioeconômico e cultural, ou seja, o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão, além de interiorizar a educação superior possibilitando a qualificação de recursos humanos para os setores produtivos e do ensino.

Quadro 01 - Universidades Estaduais da Bahia (UEBA)

Instituição	Proveniência	Ano	Localização
UEFS	Fundação Universidade de Feira de Santana	1970	Feira de Santana
UESB	Fundação Educacional do Sudoeste	1980	Vitória da Conquista, Jequié e Itapetinga
UNEBA	Superintendência do Ensino Superior do Estado da Bahia – SESEB	1983	Salvador (sede) e diversos municípios (24 <i>campi</i>)
UESC	Federação das Escolas Superiores de Ilhéus e Itabuna – FESPI	1991	Rodovia Ilhéus-Itabuna

Fonte: Midlej, 2004.

Nesse contexto, Rocha (2013) afirma que o resultado das ações do estado no sentido de resolver as questões relativas à crescente demanda por educação superior, foi o de atribuir às suas quatro universidades estaduais, que se encontravam situadas em diferentes regiões do Estado, a missão de contribuir com o desenvolvimento da sua região de abrangência.

Segundo Barbosa (2013), demonstrando-se a dimensão econômica da importância das UEBA para o estado da Bahia, já é possível encontrar em várias regiões do Estado especialidades profissionais que antes só se encontrava em Salvador. Com a presença das UEBA e a oferta de educação superior no interior do Estado, alterou-se a configuração da divisão territorial do trabalho, o que contribuiu com o novo padrão de acumulação capitalista, dispersando a atividade econômica no território. Para Barbosa (2013), está estatisticamente

comprovado que a presença de uma IES estadual exerce impacto sobre o potencial de desenvolvimento local.

Dessa forma, neste trabalho, a Universidade do Estado da Bahia (UNEB) aparece como objeto de estudo, cuja caracterização será apresentada a fim de possibilitar melhor compreensão de seu compromisso social enquanto universidade. Assim, pretende-se contextualizar a educação superior no estado da Bahia, no que se refere ao surgimento e atuação da UNEB, objetivando analisar os desafios relacionados ao compromisso social dessa instituição, ao assumir sua missão e, especialmente, contribuir com o desenvolvimento local das áreas adjacentes.

Considerando os aspectos supramencionados, formulou-se o seguinte problema de pesquisa: quais os possíveis impactos do financiamento no desempenho da UNEB, principalmente no que se refere ao seu compromisso social e contribuição para o desenvolvimento local, diante de um contexto de rápidas transformações e desigualdades sociais?

Sendo assim, este estudo foi estruturado nas seguintes partes: (1) Introdução; (2) Fundamentação Teórica, que trata dos pressupostos para criação da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), apresenta conceitos sobre compromisso social e aborda a relação entre universidade e desenvolvimento local; (3) Metodologia, que explicita o percurso metodológico do estudo; (4) Análise dos resultados obtidos da investigação sobre o contexto do financiamento da UNEB e seus possíveis impactos na realização de ações voltadas para o compromisso social e desenvolvimento local; (5) Considerações Finais; e (6) Referências.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 CRIAÇÃO E ATUAÇÃO DA UNEB

De acordo com Miranda (2013), a UNEB tem como núcleo embrionário, o Centro de Educação Técnica da Bahia (CETEBA), que foi transformado em Fundação Centro de Educação Técnica da Bahia, em 10 de abril de 1974, com a mesma sigla. Essa Fundação funcionou até a publicação da Lei Delegada nº 12, de 03 de dezembro de 1980, que o extinguiu, criando a Superintendência de Ensino Superior do Estado da Bahia (SESEB). Essa Superintendência passou a congrega e integrar as unidades do SESEB, a saber: o CETEBA; a Faculdade de Agronomia do Médio São Francisco; as Faculdades de Formação de Professores

de Alagoinhas, de Jacobina e de Santo Antônio de Jesus; e as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras de Caetité e de Juazeiro (MIRANDA, 2013).

Somente em junho de 1983, com o advento da Lei Delegada nº 66, de 1 de junho de 1983, a SESEB foi extinta, criando-se a UNEB. Inicialmente, a universidade foi composta pelas unidades vinculadas à SESEB e de duas outras Faculdades posteriormente criadas: as Faculdades de Educação da Universidade do Estado da Bahia, localizadas em Salvador e em Senhor do Bonfim. O funcionamento da UNEB foi autorizado pelo Decreto Presidencial nº 92.937/1986, que a caracterizou como uma IES “[...] mantida pela Autarquia Universidade do Estado da Bahia, em regime especial e em sistema *multicampi* de funcionamento, vinculada a então Secretaria da Educação e Cultura do Estado da Bahia” (MIRANDA, 2013, p. 131).

A UNEB tem sede e foro na cidade de Salvador e jurisdição em todo o Estado. Sua estrutura *multicampi*, agrega 29 departamentos, localizados em 24 centros regionais de médio e grande porte (Quadro 02). Atualmente, a instituição tem se configurado como uma das maiores universidades *multicampi* do país, pois abrange diversas áreas de grande influência geoeconômica do território baiano (MIRANDA, 2013).

Quadro 02 – *Campi* da UNEB

Campus	Município
I	Salvador
II	Alagoinhas
III	Juazeiro
IV	Jacobina
V	Santo Antônio de Jesus
VI	Caetité
VII	Senhor do Bonfim
VIII	Paulo Afonso
IX	Barreiras
X	Teixeira de Freitas
XI	Serrinha
XII	Guanambi
XIII	Itaberaba
XIV	Conceição do Coité
XV	Valença
XVI	Irecê
XVII	Bom Jesus da Lapa
XVIII	Eunápolis
XIX	Camaçari
XX	Brumado
XXI	Ipiaú
XXII	Euclides da Cunha
XXIII	Seabra
XIV	Xique-Xique

Fonte: UNEB/PROPLAN, 2016.

Assim, percebe-se a UNEB com ações diferenciadas e de destaque nas diversas regiões, o que permite uma participação mais significativa nos espaços não abrangidos pelas

demais IES Estaduais. De acordo com o Relatório de Atividades 2016, a instituição possui cinco eixos estratégicos, definidos no primeiro ano da gestão atual (2014-2017), tem-se: Eixo I - Formação Cidadã e Profissional; Eixo II - Produção e Difusão do Conhecimento; Eixo III - Acesso e Permanência com Qualidade; Eixo IV - Articulação Universidade e Sociedade; Eixo V - Democratização, Descentralização e Transparência. Além disso, a instituição apresenta 1.102 projetos de pesquisa cadastrados no seu Sistema Integrado de Planejamento (SIP), com 244 grupos de pesquisa certificados (UNEB/PROPLAN, 2016).

De outro modo, segundo o estudo de Barbosa (2016), a UNEB, como instância formativa, contribui para a formação de professores licenciados na educação básica (instância laboral) no desenvolvendo dos meios locais. Sendo assim, é possível destacar que a presença dessa instituição, tanto por sua capilaridade no interior baiano, como pela dispersão territorial de seus egressos licenciados, vem contribuindo para a formação e qualificação de profissionais dos sistemas locais de ensino, “[...] predominantemente ocupando funções docentes na etapa de ensino fundamental em instituições educacionais [...]” (BARBOSA, 2016, p. 104).

Nos últimos anos, nota-se a crise das universidades estaduais em todo o país e especificamente na Bahia, a UNEB é uma delas, pois crescem as dificuldades decorrentes do orçamento restritivo. Isto impacta na autonomia da Universidade para que seja cumprido os seus compromissos com a sociedade.

2.2 UNIVERSIDADE E COMPROMISSO SOCIAL

Falar de compromisso social em uma universidade pública pode parecer algo redundante. No entanto, é possível refletir sobre algumas questões: há diferença entre responsabilidade social e compromisso social? Como as universidades têm atuado? Essas instituições estão indo além do seu papel social de formação profissional, de formação de cidadãos? Toda universidade pública visa o compromisso social?

Nesse sentido, o contexto social atual demonstra que não basta ter somente formação profissional, é preciso ser um cidadão socialmente responsável. Sendo assim, por compromisso social, entende-se o compromisso da universidade com a sociedade, pois além de produzir conhecimentos, essa instituição deverá ter mais do que a responsabilidade definida no seu estatuto; deverá comprometer-se socialmente, indo além da sua finalidade.

Nesse contexto, Wanderley (2005, p. 168) destaca que compromisso social é a expressão atribuída à responsabilidade social da universidade e afirma:

sobre a responsabilidade social das universidades, existe uma larga bibliografia, e se fizermos uma leitura dos estatutos, princípios e objetivos norteadores de cada instituição, ela normalmente comparece de forma explícita sob a expressão compromisso social. Este objetivo resultou de uma revisão de longa duração, de uma autocrítica dos membros das comunidades universitárias, não raro como consequência de grupos representativos dos segmentos, reivindicando ou mesmo exigindo que ela não se vinculasse apenas às elites, mas saísse da torre de marfim, negasse a suposta neutralidade científica, respondesse aos interesses universais, atendesse aos setores carentes, desenvolvesse projetos sociais, etc. A figura mais expressiva dessa finalidade se centra na dimensão da extensão, que acabou por se tornar componente constitutivo da natureza da universidade, compondo o tripé ensino-pesquisa-extensão.

De acordo com Silva e Melo (2010), o compromisso social de uma universidade deve ser compreendido como a responsabilidade desta instituição para com a sociedade, ou seja, não somente em relação a sua função de produzir e disseminar conhecimentos, mas também pela necessidade de um maior envolvimento com essa mesma sociedade.

Por outro lado, Daft (1999, p. 88) define responsabilidade social, como sendo “[...] uma obrigação da administração de tomar decisões e ações que irão contribuir para o bem-estar e os interesses da sociedade e da organização”. Já para Gohn (2011), a ação de compromisso social é uma construção histórica entre diferentes agentes e atores sociais. Essa ação não pode ser um programa elaborado em um gabinete e implantado junto a um grupo social. Se assim o for, estará no terreno da assistência, da caridade ou do clientelismo. Portanto, segundo Gohn (2011), o compromisso social é fruto de um feixe de relações e ações, com sentido e significado inteligível, pactuado entre as instituições e organizações envolvidas.

Ademais, Goergen (2006, p. 68) compreende o compromisso social de uma universidade de uma forma mais ampla:

tenho aqui a missão de falar sobre o compromisso social da universidade. Desejo fazê-lo defendendo o ponto de vista de que, no caso da universidade, compromisso social não significa que ela deva estar sempre a serviço dos interesses e exigências socioeconômicos do sistema vigente, seja para suprir suas incompetências, seja para otimizar seus procedimentos quando estes visam apenas a interesses e vantagens privados. Compromisso social da universidade significa, também, o exercício da crítica, da oposição e da resistência. Compromisso social não pode ser interpretado somente sob o aspecto operacional sistêmico, mas deve ter em vista, também, o contexto social mais amplo que envolve tanto a instituição de uma sociedade mais

justa e igualitária, quanto à realização integral do ser humano como indivíduo e cidadão.

Talvez mais conceitual do que precisamente práticas diferentes, a responsabilidade e o compromisso, ambos façam da universidade pública, ou seja, o *locus* onde as mudanças sociais sejam iniciadas por meio da produção do conhecimento e geração de massa crítica da sociedade.

Sendo assim, para agregar a essa análise, é possível refletir sobre possíveis impactos do financiamento no desempenho do compromisso social da universidade. Desse modo, o orçamento proposto e aprovado terá que garantir todas as ações administrativas e, principalmente, as atividades universitárias, no que diz respeito ao ensino, à pesquisa e à extensão.

Assim, é possível considerar essas ações como de responsabilidade ou de compromisso. Por outro lado, é possível refletir que não somente por meio de ações extensionistas pode-se atingir a sociedade. Por meio de um orçamento adequado, como peça norteadora das atividades universitárias, pode-se definir para onde se deseja ir como agente de transformação social.

No entanto, é possível refletir também que a questão da atuação da universidade quanto ao compromisso social ainda é incipiente. Nesse caso, a gestão universitária deverá refletir sobre quais ações estão planejadas e orçadas, priorizando as necessidades do comprometimento da universidade para com a sociedade. Acredita-se, então que a resposta esteja na forma como os gestores universitários, conduzem e direcionam ações voltadas para o devido compromisso social. Logo, pensar no compromisso social de uma universidade pública significa pensar além dos seus deveres, das suas obrigações e das suas responsabilidades institucionais.

2.3 UNIVERSIDADE E DESENVOLVIMENTO LOCAL

Por exercer uma pluralidade de funções articuladas, que vão além da formação acadêmico-profissional, do empreendimento de processos de inovação tecnológica e da produção/difusão da ciência e cultura, a universidade ocupa um lugar estratégico no desenvolvimento socioeconômico de espaços locais e regionais de sua inserção (MIDDLEJ; FIALHO, 2005, p. 172).

Desse modo, a instalação de uma universidade faz com que essa instituição assuma uma posição de destaque nos processos de desenvolvimento local e regional, principalmente

pela incorporação do contexto econômico, político, cultural e histórico do seu entorno (MIDDLEJ; FIALHO, 2005).

Nesse contexto, Demo (2002) destaca o termo desenvolvimento como oportunidade e liberdade. Sendo assim, esse termo deve-se referir à superação dos grandes problemas sociais, como a pobreza e o atendimento precário às necessidades elementares do indivíduo. Em outras palavras, Demo (2002) considera que o desenvolvimento pode ser entendido como um processo de expansão das liberdades reais que os indivíduos desfrutam.

Já o conceito de desenvolvimento local pode ser compreendido como um processo de desenvolvimento socioeconômico e de quebra de paradigmas de cultura social, a partir de uma população local com necessidades e anseios, que buscará melhorias na sua qualidade de vida com a utilização de ativos e potencialidades (PENA JÚNIOR; GRACIANO; VÁLERY, 2005).

Por outro lado, de acordo com Dowbor (2007), a educação voltada para o desenvolvimento local vincula-se à necessidade de formação do cidadão, com a capacidade de participar ativamente de iniciativas transformadoras, onde o cidadão poderá assumir o seu destino, principalmente a partir de uma dinâmica social local e facilitadora desse processo. Logo, Dowbor (2007) considera que os processos formativos deverão ser capazes de transmitir os conhecimentos necessários para que os cidadãos transformem a sua realidade sem sair de sua região de origem.

Dessa maneira, ainda segundo Dowbor (2007), da educação não se espera somente a transmissão de conhecimentos gerais, mas também o entendimento de que esses conhecimentos devam se materializar em possibilidades de transformação local. Sendo assim, tem sido cada vez mais crescente na sociedade o peso de iniciativas locais transformadoras (DOWBOR, 2007).

Dowbor (2007) ainda destaca que para uma educação emancipadora, ou seja, aquela que insere no cidadão à compreensão de sua realidade local, será necessário a organização de parcerias com os diversos atores sociais, construtores da dinâmica local por meio de articulações e apoio, como: o sistema educacional local; as universidades locais ou regionais; as organizações não governamentais e comunitárias; além de setores de atividades públicas, como o Sistema S (SEBRAE, SENAC e SESI).

Nesse aspecto, para Pena Júnior, Graciano e Válerly (2005, p. 4137), a universidade pode agir como intermediária nesse processo de desenvolvimento local, “[...] visto que tem condições intelectuais e tecnológicas de reunir em torno de si tanto instituições sociais, quanto

instituições privadas, além do próprio poder público”. Portanto, a atuação da universidade será mais concreta quando estiver direcionada para a formação de instituições sociais integrantes desse processo proativo (PENA JÚNIOR; GRACIANO; VÁLERY, 2005).

Para Oliveira Jr. (2014, p. 1338), a importância estratégica das universidades para o desenvolvimento local e também regional pode ser compreendido a partir da noção de que essas instituições “[...] possibilitam aos lugares se conectarem com o mundo ao mesmo tempo em que se enraízam localmente e regionalmente e se conectam globalmente, com significativos efeitos nos circuitos de produção e consumo da economia [...]”. Desse modo, têm-se efeitos multiplicadores, acima de tudo nas cidades nas quais onde se encontram localizadas.

Ainda segundo Oliveira Jr. (2014), tanto a curto, médio ou longo prazo, as universidades contribuem para o surgimento de várias atividades, como a qualificação de mão de obra e a oferta de serviços qualificados, os quais seriam custosos de dinamizar a nível local sem a presença do ensino superior.

No entanto, a universidade precisa deixar de ser uma instituição isolada em seus projetos acadêmicos e de pesquisa, passando a ser mais interativa e vinculada com as questões socioeconômicas da região onde está inserida, fundamentalmente “[...] através da criação de dispositivos que facilitem a relação e a cooperação entre a universidade, o meio empresarial e a sociedade” (GOEBEL; MIURA, 2004, p. 40).

Sendo assim, Goebel e Miura (2004, p. 36) destacam, sobretudo, a importância da presença das universidades em determinados locais como instituições dinamizadoras “[...] das economias locais e regionais onde as mesmas estão instaladas, principalmente no seu entorno, através da geração de emprego e renda, colaborando significativamente no crescimento e desenvolvimento das cidades”.

Nesse sentido, Drumond (2001) aborda a experiência do chamado “crescimento endógeno”, que se baseia na presença de uma universidade como formadora de recursos humanos e produtora de conhecimento. Logo, o investimento prioritário na educação, em todos os seus níveis, aliado a uma maior qualificação profissional e atração de investimentos produtivos, geram como resultado, uma melhor qualidade de vida e de produção de riquezas (DRUMOND, 2001).

Nesse mesmo aspecto, Schneider (2002) frisa que a universidade representa um importante atrativo para o estabelecimento de novos investimentos em um município, principalmente porque são aplicados grandes recursos nessa instituição, como também, por

meio dos salários de docente e de técnicos ou dos gastos de seus discentes, são investidos recursos na economia local, assim, agindo como multiplicador e desencadeador de efeitos econômicos no município.

Assim, a universidade difere-se de todas as outras organizações políticas, pois seu horizonte de tempo não é definido por eleições, como também de organizações da sociedade civil, em que sua existência sempre dependa de um problema social e dos recursos necessários para resolvê-lo. Portanto, essa instituição pode funcionar como catalisador de esforços para o desenvolvimento local e regional (MATHIS, 2001).

Atualmente, para Costa, Oliveira e Melo Neto (2006) é possível destacar diversas práticas desenvolvidas, especialmente por projetos de extensão universitária, representando ações e empreendimentos, que visam minimizar o avanço do desemprego, mediante a evolução de novas tecnologias e a ausência de políticas voltadas para essa questão, comprometendo sobremaneira a sobrevivência humana.

Assim, algumas dessas práticas visam o desenvolvimento humano local, assegurando a própria existência do indivíduo, pois visam colocar o homem como agente central e o trabalho como impulsionador de sua emancipação (COSTA; OLIVEIRA; MELO NETO, 2006).

3 METODOLOGIA

Para atingir os objetivos deste estudo, valemo-nos da pesquisa exploratória, utilizando-se, como procedimentos, da pesquisa bibliográfica e da documental. Segundo Gil (2007), a pesquisa exploratória tem como característica marcante a interpretação dos fenômenos, principalmente por proporcionar maior familiaridade e aprimoramento de ideias; o que torna o problema mais explícito, neste caso especial os desafios do financiamento da UNEB para com o seu compromisso social e desenvolvimento local.

Nesse sentido, utilizou-se a pesquisa bibliográfica e documental, que segundo Lakatos e Markoni (2010, p. 142), “[...] é um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema”. Portanto, fez-se necessária uma investigação e utilização dos principais autores dessa área em estudo.

De outro modo, o termo documental significa que a fonte de informações já é existente. Logo, essa fonte de informação resume-se em agregar dados e informações de

documentos, descrevendo-os e/ou transcrevendo-os, além de se realizar uma ordenação inicial de informações para seleção daquelas mais pertinentes (LAVILLE; DIONNE, 1999).

Assim, para a pesquisa documental, utilizou-se a base de dados do Censo da Educação Superior (CES) do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e do Sistema e-MEC do Ministério da Educação, bem como informações de Relatórios de Atividades e de dados do FIPLAN Gerencial Web, por meio da Pró-reitoria de Planejamento da UNEB.

4 RESULTADOS

O papel estratégico das universidades, em especial do setor público, objetiva colocar o ensino, a pesquisa e a extensão a serviço do desenvolvimento social, econômico e cultural. Com efeito, vem aumentando a demanda da sociedade por um novo papel da universidade, não cabendo somente formar profissionais tecnicamente qualificados, mas também assumir uma postura de responsabilidade com o seu entorno (regiões nos quais está instalada, com histórias, culturas e pertencimentos), ou seja, uma postura comprometida com a sociedade em geral (RISTOFF, 2006).

Nesse sentido, cabe destacar a missão institucional da UNEB:

[...] atuar dentro das prerrogativas de autonomia da instituição universitária, no processo de desenvolvimento do estado da Bahia, através da produção e socialização do conhecimento, voltado para a formação do cidadão, e solução dos grandes problemas regionais e locais, dentro dos princípios da ética, democracia, justiça social e da pluralidade etnocultural (UNEB/PROPLAN, 2013, p. 35).

A responsabilidade social da UNEB pode ser percebida pela interiorização da oferta de cursos de graduação presenciais e na modalidade EAD, assim como, da pesquisa e pós-graduação e de parcerias com o setor produtivo para fins de pesquisa, inovação e desenvolvimento, contribuindo para a superação de desigualdades inter e intrarregionais no estado da Bahia. Complementariamente, as ações de extensão, programas e projetos, enfatizam o compromisso social da Universidade no que tange às políticas voltadas para inclusão de grupos sociais historicamente excluídos.

Costa (2012) ressalta que a universidade não assegura a promoção da justiça social, ela pode ser capaz de tornar as sociedades menos desiguais e mais integradas. A aquisição de conhecimento hoje, como dantes, é a condição indispensável para que as pessoas possam ter inserção social, seja no seu aspecto utilitário e visível, relacionado às habilitações, seja, a

partir de uma visão mais ampla dos valores, com relação ao conhecimento como base da cidadania (COSTA, 2012).

No contexto de uma universidade *multicampi* e multirregional, compreende-se que o compromisso social, numa perspectiva emancipatória, deve buscar promover a inclusão social nos territórios onde os indivíduos vivem, contemplando o desenvolvimento social e o crescimento econômico qualificado. Dessa forma, questões como ampliação de acesso ao ensino superior por meio de cotas e estabelecimento de metas que impulsionem o desenvolvimento local são questões pertinentes à temática do compromisso social de uma universidade.

Nessa perspectiva, a UNEB possui diversas ações planejadas e desenvolvidas em eixos estratégicos. No eixo Formação Cidadã e Profissional, registra-se o impacto e relevância do alinhamento com as demandas da sociedade por meio dos programas de articulação com a educação básica, a exemplo do Programa Institucional de Bolsas em Iniciação à Docência (PIBID), do Programa Todos pela Alfabetização (TOPA), do Projeto Universidade para Todos (UPT) e do Plano Nacional de Formação de Professores (PARFOR) (UNEB/PROPLAN, 2016).

No eixo Acesso e Permanência com Qualidade, observa-se um aumento na concessão de bolsas auxílio de assistência estudantil, nas categorias Permanência, Residência, Procampo e Emergencial. Além disso, no eixo Articulação Universidade e Sociedade, as ações da Universidade Aberta à Terceira Idade e a publicação de editais de Extensão, com o objetivo de democratizar o uso dos recursos financeiros no contexto da produção de ações extensionistas na UNEB (UNEB/PROPLAN, 2016).

Destacam-se, ainda, ações realizadas pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) e a implantação da Turma Especial de Bacharelado em Direito destinada a assentados em Projetos de Reforma Agrária, devidamente cadastrados e reconhecidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) (UNEB/PROPLAN, 2016).

Vale considerar que a UNEB é a primeira instituição do estado baiano que implantou o sistema de cotas social/racial na graduação e na pós-graduação, exercendo sua opção por equidade com ações afirmativas de reversão das desigualdades e promoção social. Essa Universidade reserva 40% de suas vagas para afrodescendentes e 5% para indígenas (UNEB, 2010).

Do exposto, que aponta para uma universidade socialmente responsável e comprometida com a democratização do conhecimento e com os processos de mudança e

transformação social, importa-nos destacar que a gestão da UNEB vem enfrentando desafios relacionados ao seu financiamento.

Segundo Mota Júnior (2015, p. 2-3), “[...] as UEBA têm enfrentado algumas limitações financeiras, em consequência de determinações de Decretos Estaduais, que limitam os gastos públicos, afetando diretamente a autonomia administrativa dessas instituições [...]”. O que impede o cumprimento dos seus objetivos institucionais e acaba por diminuir a qualidade dos serviços prestados à sociedade.

Além dos recursos orçamentários provenientes do Tesouro Estadual e vinculados a Secretaria de Educação do Estado da Bahia (SEC-BA), a UNEB recebe outros recursos do Estado e da União, por meio de financiamento a programas e projetos especiais, alinhados com as prioridades destes, e com a capacidade técnica e/ou de contrapartida financeira da universidade, desde que preservada a autonomia universitária.

Nos últimos anos, apesar do montante vinculado ao Tesouro Estadual manter certa linearidade em sua totalidade, vem sofrendo com reduções orçamentárias (em valores nominais) nas cotas para outras despesas correntes e investimentos. Além disso, os recursos provenientes de outras fontes de financiamento têm se reduzido, não acompanhando o crescimento da instituição e as necessidades decorrentes de sua responsabilidade e compromisso social. Com efeito, essa combinação termina impondo o contingenciamento de verbas decisivas em todas as áreas do tripé ensino-pesquisa-extensão e, por consequência, precarização nessas atividades.

Tabela 03 – Orçamento UNEB por tipo de despesa, em Reais (2015-2018)

ANO/DESPESA	2015	%	2016	%	2017	%	2018	%
TOTAL UNEB	546.764.730,00	100	547.355.680,00	100	559.944.331,00	100	566.787.195,00	100
DESPESAS CORRENTES	532.746.845,00	97,4	526.083.739,44	96,1	549.155.284,00	98,1	560.710.869,00	98,9
PESSOAL E ENCARGOS	380.590.808,00	69,6	394.125.919,44	72,0	403.880.218,00	72,1	421.078.414,00	74,3
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	152.156.037,00	27,8	131.957.820,00	24,1	145.275.066,00	25,9	139.632.455,00	24,6
DESPESAS DE CAPITAL	14.017.885,00	2,6	21.271.940,56	3,9	10.789.047,00	1,9	6.076.326,00	1,1
INVESTIMENTOS	14.017.885,00	2,6	21.271.940,56	3,9	10.789.047,00	1,9	6.076.326,00	1,1

Fonte: UNEB/PROPLAN/FGWEB, 2018.

Para consolidar a autonomia, anteriormente citada, deve a universidade no comprometimento de suas receitas, atender ao fixado na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), Lei Complementar nº 101/2000 (BRASIL, 2000), com despesas de pessoal e tentar assegurar a margem necessária para despesas de custeio e investimentos, imprescindíveis ao

pleno cumprimento de sua missão. O que tem se tornado cada vez mais difícil frente aos incipientes recursos que compõe o orçamento da universidade, utilizados em sua maior parte para custear despesas com pessoal e encargos, conforme Tabela 03.

Convém ressaltar que por autonomia financeira entende-se a liberdade que a instituição tem de captar recursos, por meio de convênios, por exemplo. Além disso, por autonomia de gestão financeira, entende-se a liberdade que a instituição tem de propor e executar seu orçamento, gerenciando de maneira a atender seu planejamento estratégico, seguindo os trâmites previstos em lei e sujeitos à fiscalização pelos órgãos competentes do Estado (ROTHEN; SILVA, 2014).

De acordo com Oliveira (2014, p. 261), “[...] as históricas restrições orçamentárias por parte do governo do Estado são colocadas como fator limitador à ação universitária”. Deste modo, essas dificuldades e limitações financeiras impostas acabam por desestimular e restringir o potencial de contribuição da instituição. Por outro lado, essas práticas funcionam como mecanismo de contenção e desestímulo ao crescimento e expansão das UEBA, enquanto é crescente a demanda por mais recursos públicos para atender os fins e objetivos institucionais.

Neste sentido, Oliveira (2016, p. 2) salienta:

se considerarmos que as universidades devem se preocupar com a qualidade do ensino que é ofertado a sociedade, com a produção crítica e com os benefícios que podem ser obtidos através das pesquisas realizadas, existe uma problemática a ser explorada quando se constata que para essas instituições os fins da educação e seus objetivos específicos são constantemente preteridos por aspectos econômicos, ao passo que o estado, ente responsável pela manutenção integral das mesmas, não consegue suprir suas necessidades financeiras para manutenção e expansão com qualidade.

Considerando a escassez no orçamento proveniente do Tesouro Estadual, são os recursos de outras fontes responsáveis por financiar muitos programas e projetos realizados pela instituição. Desse modo, a UNEB tem utilizado amplamente a captação de recursos por meio de convênios com órgãos e entidades das esferas federal, estadual e municipal para a execução de programas e projetos. O ingresso destes recursos representa um incentivo para a permanência de discentes na graduação e pós-graduação e fortalece a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, em um cenário no qual o montante do orçamento público não apresenta proporcionalidade em relação à expansão alcançada no período analisado.

Tabela 4: Orçamento final de outras fontes de recursos da UNEB no período 2015-2018, em Reais.

OUTRAS FONTES DE RECURSOS	ANO 2015	ANO 2016	ANO 2017	ANO 2018
Recursos Diretamente Arrecadados por Entidades da Administração Indireta	30.978.391,00	22.827.626,00	21.727.557,00	20.552.129,00
Recursos de Alienação de Bens	0,00	28.600,00	217.700,00	267.450,00
Transferências Voluntárias de Órgãos e Entidades Federais	28.476.487,00	29.571.411,00	15.390.607,00	13.542.529,00
Transferências Voluntárias de Órgãos e Entidades Municipais	173.942,00	142.813,00	96.040,00	4.755,00
Transferências de Órgãos e Fundos Internacionais	0,00	84.442,00	74.393,00	133.620,00
Transferências de Entidades Privadas Nacionais	0,00	15.130,00	17.572,00	73.743,00
TOTAL	59.628.820,00	52.670.022,00	37.523.872,00	34.574.226,00

Fonte: UNEB/PROPLAN/FGWEB, 2018.

Para efeito das análises pertinentes a este estudo, realizadas a partir dos dados apresentados na Tabela 4, além da captação por meio de convênios foram considerados os seguintes recursos oriundos de outras fontes de financiamento: os recursos diretamente arrecadados por entidades da administração indireta; os recursos da alienação de bens; e as transferências voluntárias de órgãos e entidades federais e municipais; as transferências de órgãos e fundos internacionais; e as transferências de entidades privadas nacionais.

Ainda em relação ao ano de 2015, o orçamento das receitas diretamente arrecadadas por entidades da administração indireta representou 51,95% do total das outras fontes de financiamento da UNEB, enquanto o das receitas provenientes da captação de recursos por meio de convênios firmados com órgãos e entidades da esfera federal representou 47,76% desse total.

Já em relação aos dados apresentados para o ano de 2016, foi possível identificar uma redução (-11,67%) no valor total do orçamento de recursos de outras fontes de financiamento da UNEB, com a redução de 26,31% no orçamento das receitas diretamente arrecadadas por entidades da administração indireta, representando 43,34% desse total. No entanto, apesar da redução, o orçamento das receitas provenientes da captação de recursos federais teve um acréscimo de 3,85%; representando, assim, 56,14% do total.

No ano de 2017, a redução foi ainda maior em relação ao ano anterior (-28,76%) no valor total do orçamento de recursos de outras fontes de financiamento da instituição. Essa redução foi muito influenciada pela queda de 47,95% no orçamento das receitas provenientes da captação de recursos federais (41,02% do total desse orçamento), em comparação com a redução de 4,82% no orçamento das receitas diretamente arrecadadas, que representou 57,90% desse total.

O ano de 2018 foi o de menor volume total de recursos de outras fontes de financiamento da UNEB, no período apresentado, com uma redução de 7,86% em relação ao ano de 2017. O orçamento das receitas diretamente arrecadadas representou 59,44% do total, enquanto o das receitas provenientes da captação de recursos federais representou 39,17% desse total.

Desse modo, verificou-se uma expressiva queda nos orçamentos dos recursos recebidos de outras fontes de financiamento no período analisado. No entanto, há de se frisar a importância dessa captação para a sustentabilidade financeira da universidade, principalmente para os investimentos, já que a disponibilidade de recursos do Tesouro do Estado não é suficiente para atender todas as demandas das atividades de ensino, pesquisa e extensão da instituição. Sendo assim, o cenário apresentado impacta direta e indiretamente essa universidade, principalmente na tentativa de manter seu compromisso social e o desenvolvimento local das regiões onde atua.

Apesar do contexto ora descrito, os dados coletados evidenciam um cenário de resiliência e disposição para transpor as dificuldades de financiamento da UNEB. Cabe ressaltar, que esse não é um quadro incomum em nosso meio universitário, inclusive extensivo às outras UEBA, pois a universidade pública brasileira vem sofrendo sucessivos e severos cortes de investimento nos últimos anos, que acabam por impactar no seu compromisso social.

5 CONCLUSÃO

Este artigo abordou o tema dos desafios do financiamento da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), no que diz respeito ao compromisso social e desenvolvimento local, com o objetivo de analisar os desafios relacionados ao contexto do financiamento da UNEB e os possíveis impactos em relação ao compromisso social e sua contribuição para o desenvolvimento local.

Inicialmente, este estudo exploratório, bibliográfico e documental contextualiza a educação superior do estado da Bahia, no que concerne a criação e a atuação da UNEB, demonstrando suas particularidades e sua inserção em grande parte do interior do território baiano.

O estudo ainda apresenta conceitos sobre compromisso social e responsabilidade social, abordando também a relevante relação entre universidade e desenvolvimento local,

como um agente desencadeador de efeitos econômicos nos municípios de atuação, bem como um relevante agente social impulsionador da emancipação para a cidadania.

Ao final, este trabalho apresenta os resultados preliminares do estudo, destacando os desafios no contexto do financiamento da UNEB, no que diz respeito às restrições orçamentárias enfrentadas pela instituição e possíveis impactos relacionados ao seu compromisso social e desenvolvimento local de suas regiões de inserção.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, C. **Financiamento público das universidades estaduais baianas**: restrições orçamentárias, expansão universitária e desenvolvimento local. 2013. Tese (Doutorado em Educação e Contemporaneidade) – Departamento de Educação. Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2013.
- BARBOSA, E. R. O. **A presença da Universidade do Estado da Bahia nos meios locais**: o perfil e a inserção profissional dos seus egressos licenciados. 2016. Tese (Doutorado em Educação e Contemporaneidade) – Departamento de Educação, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2016.
- BOAVENTURA, E. M. **A Construção da universidade baiana**. Salvador: Edufba, 2009. Disponível em: <http://static.scielo.org/scielobooks/4r/pdf/boaventura-9788523208936.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2017.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 17 jul. 2017.
- BRASIL. **Lei Complementar nº. 101, de 4 de maio de 2000**. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2000]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp101.htm. Acesso em: 17 jul. 2017.
- BRASIL. Ministério da Educação. Sistema e-MEC. **Instituições e cursos de educação superior**. Brasília, DF: BRASIL/MEC, 2017. Disponível em: <http://emec.mec.gov.br/>. Acesso em: 17 jul. 2017.
- COSTA, P. L. S. Educação superior e desenvolvimento social no estado da Bahia: um estudo sobre as universidades estaduais baianas. **Temporalis**, v. 12, n. 23, p. 171-204, ago. 2012. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/2662>. Acesso em: 17 jul. 2017.
- COSTA, F. X. P.; OLIVEIRA, I. C.; MELO NETO, J. F. Autogestão. In: COSTA, F. X. P.; OLIVEIRA, I. C.; MELO NETO, J. F. (org.). **Incubação de empreendimento solidário popular**: fragmentos teóricos. João Pessoa: Editora da Universidade Federal da Paraíba, 2006, p. 46-92.
- CUNHA, L. A. Ensino superior e universidade no Brasil. In: **500 anos de educação no Brasil**. LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, G. C. (Org.). 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 151-204.

- DAFT, R. L. **Administração**. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1999.
- DEMO, P. **A educação pelo avesso: assistência como direito e como problema**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002
- DRUMOND, J. G. F. **O ensino superior e o desenvolvimento regional**. Montes Claros: UNIMONTES, nov. 2001.
- DOWBOR, L. Educação e Desenvolvimento Local. **Revista de Administração Municipal – IBAM**, ano 52, n. 261, jan./fev./mar., 2007. Disponível em:
http://lam.ibam.org.br/predownload.asp?area=4&arq=04_educac261.pdf. Acesso em: 12 abr. 2017.
- FIALHO, N. H. Universidades Estaduais da Bahia. **Caderno de Pesquisa Esse in Curso**, Salvador, v. 2, p. 21-38, 2004.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- GOEBEL, M. A.; MIURA, M. N. A Universidade como fator de desenvolvimento: o caso do município de Toledo-PR. **Expectativa**, Toledo, v. 3, p. 35-47, 2004. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/expectativa/article/view/743/628>. Acesso em: 12 jul. 2017.
- GOERGEN, P. Universidade e compromisso social. In: RISTOFF, D.; SEVEGNANI, P. (org.). **Universidade e compromisso social**. Brasília: INEP, 2006, p. 65-98. Disponível em: <http://www.ergonomia.ufpr.br/Metodologia/Universidade%20e%20Compromisso%20social%20INEP.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2017.
- GOHN, M. G. Universidade: compromisso social e participação em projetos sociais. **Desigualdade & Diversidade**. Revista de Ciências Sociais da PUC-RJ, n. 9, p. 111-126, ago./dez. 2011. Disponível em: <http://desigualdadediversidade.soc.puc-rio.br/media/artigo9.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2017.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Sinopses Estatísticas. **Sinopse estatística da educação superior 2017**. Brasília, DF: INEP, 2018. Disponível em:
http://download.inep.gov.br/informacoes_estatisticas/sinopses_estatisticas/sinopses_educacao_superior/sinopse_educacao_superior_2017.zip. Acesso em: 17 out. 2018.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em Ciências Humanas**. Tradução de Heloisa Monteiro e Francisco Settineri. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- MATHIS, A. Instrumentos para o desenvolvimento sustentável regional. **ADCONTAR**. Revista do Centro de Estudos Administrativos e Contábeis. Belém, v. 2, n. 2, p. 19-30, 2001.
- MIDDLEJ, M. M. B. C. **Universidade e Região: territorialidade da Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC**. 2004. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

- MIDDLEJ, M. M. B. C.; FIALHO, N. H. Universidade e Região. **Práxis Educacional**. Revista do Departamento de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Sudoeste da Bahia (UESB). Vitória da Conquista, n. 1, p. 171-189, nov. 2005. Disponível em: <http://periodicos.uesb.br/index.php/praxis/article/viewFile/406/436>. Acesso em: 10 jul. 2017.
- MIRANDA, M. R. F. A. **Investimentos públicos diretos em educação superior na Bahia**: um estudo de caso sobre o sistema estadual de educação superior da Bahia. 2013. Dissertação (Mestrado em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação) – Departamento de Educação. Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2013.
- MOTA JÚNIOR, A. M. Desafios do financiamento público das universidades estaduais baianas. *In*: Colóquio Internacional de Gestão Universitária, 15., 2015. **Anais online** [...]. Mar del Plata (Argentina), 2015. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/135898/101_00049.pdf. Acesso em: 17 jul. 2017.
- OLIVEIRA, C. E. C. **Dimensão regional da universidade pública**: estratégias de expansão do ensino de graduação na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). 2014. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional e Urbano) – Universidade Salvador, Salvador, 2014.
- OLIVEIRA, C. N. Expansão das universidades estaduais da Bahia: o financiamento pelo estado e a função supletiva da união. *In*: Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade, 10., 2016. **Anais online** [...]. Aracaju: UFS, 2016. Disponível em: <http://www.educonse.com.br/xcoloquio/cdanais.asp?id=927>. Acesso em: 17 jul. 2017.
- OLIVEIRA JR., A. A universidade como polo de desenvolvimento local/regional. *In*: Simpósio Mineiro de Geografia, 1., 2014. **Anais** [...]. Alfenas: PUC-MG, 2014. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/geografia/article/download/7581/6586>. Acesso em: 12 jul. 2017.
- PENA JÚNIOR, M. A. G.; GRACIANO, C. G.; VÁLERY, F. D. Universidade e Desenvolvimento local: reflexões sobre pró-atividade comunitária. *In*: Encontro Nacional de Engenharia de Produção, 25., 2005. **Anais** [...]. Porto Alegre: ABEPRO, 2005. Disponível em: http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2005_enegep0707_0298.pd. Acesso em: 12 jul. 2017.
- RISTOFF, D. A universidade brasileira contemporânea: tendências e perspectivas. *In*: MOROSINI, M. (org.). **A universidade no Brasil**: conceitos e modelos. Brasília: INEP, 2006, p. 37-52.
- ROCHA, S. J. S. **O desenvolvimento da região promovido pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) pelos seus egressos**. 2013. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional e Urbano) – Universidade de Salvador, Salvador, 2013.
- ROTHEN, J. C.; SILVA, E. P. (org.). **Políticas públicas para educação superior**. São Paulo: Xamã, 2014. Disponível em: <http://www.obeduc.uerj.br/arquivos/livpolpub3.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2017.

SCHNEIDER, L. **Educação e desenvolvimento**: um estudo do impacto econômico da universidade federal no município de Santa Maria (RS). Santa Maria: UNIFRA, 2002.

SILVA, F. M.; MELO, P. A. Universidade e compromisso social: a prática da Universidade Federal de Santa Catarina. *In*: Congresso Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul. 10., 2010. **Anais online** [...]. Mar del Plata, Argentina, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/97090/UNIVERSIDADE%20E%20COMPROMISSO%20SOCIAL%20A%20PR%20C1TICA%20DA%20UNIVERSIDADE%20.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2017.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA. **Projeto de recredenciamento**. Tomo 2, v. 2. Salvador: UNEB, 2010.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA. Pró-Reitoria de Planejamento. **Plano estratégico da UNEB**. 2. ed. Salvador: UNEB/PROPLAN, 2013. Disponível em: <http://www.uneb.br/proplan/files/2013/07/PEWEB2013.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2017.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA. Pró-Reitoria de Planejamento. **Relatório anual de atividades 2016**. Salvador: UNEB/PROPLAN, 2016. Disponível em: <http://www.uneb.br/proplan/files/2010/06/RAQ20161.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2017.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA. Pró-Reitoria de Planejamento. FIPLAN Gerencial Web. **Banco de dados do FIPLAN Gerencial Web 2015-2018**. Salvador: UNEB/PROPLAN/FGWEB, 2018.

WANDERLEY, L. E. W. Universidades e sociedades: consensos e dissensos. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v. 26, n. 81, p. 156-177, mar. 2005.